Mesa Agricultura Familiar, sistemas agroalimentares e ODS: desafios das políticas globais e locais

2 de junho de 2021

Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul

Eric Sabourin

Introdução

Em setembro de 2016, durante o seminário anual da Rede *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina* (PP-A) que tinha lugar em Brasília, os colegas de vários países me pediram organizar uma sessão sobre a situação das políticas de desenvolvimento rural e agricultura familiar após a posse do governo Michel Temer. Convidei os professores Sergio Sauer (UnB-MADER) e Sergio Leite (UFRRJ-CPDA) para compartilhar algumas informações e a sua análise sobre o processo iniciado. Escolhi bem porque desde aquele momento os dois professores continuaram sendo referencias para mim e para vários colegas sobre esse processo.

De fato, Sergio Sauer já tinha a experiência de análise dos altos e baixos das políticas fundiárias (as bases de toda política agrícola e agraria) e dos ataques aos movimentos sociais do campo e da floresta que lutam pela defesa da terra (Sauer, 2018; Sauer *et al.,* 2020 a & b). Sergio Leite no marco do *Observatório das Políticas Públicas Agrícolas* (OPPA) tinha inaugurado a prática de pesquisa sobre a construção de novas políticas agrícolas e agrarias, em particular a partir do exame dos orçamentos e financiamentos das políticas (Leite, 2015 & 2019) ou da análise do papel e do discurso dos gestores (Leite, 2016).

A raiz dessa sessão, foi decidido no âmbito da Rede PP-AL e logo no marco do OPPA, acompanhar e documentar os processos de desmonte dessas políticas no Brasil como em outros países da América Latina.

Queiro reiterar aqui quanto as reflexões e referencias desse capítulo devem aos dois “Sergio” e a vários outros colegas da Rede PP-AL como da RETE Brasil.

Esse texto não pretende dar conta da complexidade e da amplitude dessa questão a nível do Brasil e muito menos do Mercosul. Não se trata nem de abrir nem de fechar o debate,

mas apenas de compartilhar algumas reflexões parciais sobre a abordagem teórica e metodológica dos processos de desmonte de políticas públicas na América Latina.

Desde o final de 2018, a Rede PP-AL e, em particular, seus membros brasileiros têm iniciado análises conjuntas sobre o tema do desmantelamento das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, dando lugar à algumas publicações (Leite, 2015 & 2016; Grisa, 2018; Mattei, 2018a & 2018b; Sabourin, 2018; Niederle, Grisa *et al.*, 2019; Sabourin, Craviotti e Milhorance, 2020a; Sabourin *et al..,*2020b; Sauer *et al.*, 2020; Schmitt, 2020; Zimmermann, 2020) ao lado de muitas outras sobre essa questão no Brasil.

Essas reflexões nos levaram a trabalhar em torno de algumas perguntas: i) que teorias para qualificar e analisar os processos de desmantelamento de políticas rurais e ambientais? ii) que métodos para acompanhar, caracterizar, documentar esses processos?

Consideramos também alguns princípios de base:

O desmonte de políticas públicas enquadra-se num tema amplo na ciência política e sociologia política, aquele das « mudanças na política e das mudanças nas políticas públicas » (Genieys & Hassenteufel, 2012). Essa questão foi renovada pela análise cognitiva das políticas públicas (Hall, 1993; Muller, 2005). Foi abordada também em termos de rupturas, questão tratada pela economia institucionalista ou pelo ângulo das regressões, por exemplo, em termos orçamentários e democráticos (Dreyfus, 2010; Palier *et al.,* 2010).

A mudança na política foi tratada desde há muito tempo pelas ciências sociais, primeiro em torno do enfrentamento entre diversas forças sociais, sejam classes sociais (Marx & Engels, 1848; Marx, 1850), partidos ou coalizões politicas (Lapierre, 1961), ou ainda entre grupos de interesse econômicos (Saurugger, 2003). Tem a ver também com a mudança no poder e nas formas de exercício do poder: liberalização, privatização, descentralização, desconcentração (Gaudin, 1998; Chevallier, 2005; John, 2018).

O desmantelamento das políticas pode também ser associado à regressão da democracia como mostrado por Rosanvallon (2014) na Europa, por Levitsky & Ziblatt (2018) nos Estados Unidos ou à generalização das políticas neoliberais (Brennetot, 2013).

No marco da Rede PP-AL, procuramos testar no Brasil e na América Latina o quadro teórico recente do "*policy dismantling*" proposto por Bauer *et al.* (2013). Esse enfoque, concebido principalmente em torno de políticas sociais na Europa, propõe uma tipologia de estratégias de desmantelamento a partir do seu custo político para os governantes.

O texto se divide em duas seções. A primeira introduz o quadro do *policy dismantling* e traz ensinamentos e perspectivas das suas primeiras aplicações para políticas rurais e ambientais no Brasil e em países do Mercosul. A segunda seção examina outros enfoques complementares ou anteriores que poderiam ajudar na análise e no acompanhamento do desmonte de políticas públicas.

1.O quadro do *Policy Dismantling* e a sua aplicação nos países do Mercosul

1.1. Estratégias para o desmonte de políticas

O marco analítico do "*Policy Dismantling*", proposto por Bauer *et al.* (2013), coloca no centro da análise os tomadores de decisão política, procurando identificar os motivos que estão na base das suas decisões de desmantelamento (Araújo, 2017). As tomadas de decisão são analisadas a partir da percepção que os tomadores de decisão têm dos custos e benefícios políticos que poderão gerar para si próprios, elemento que deve ser distinguido dos impactos sociais decorrentes da decisão de desmantelar uma política. Nessa lógica, o custo político seria menor do que no caso de seguir com uma política dada (Sabourin *et al*., 2020).

O quadro propõe dois ângulos complementares de exame do desmonte de políticas, aquele dos grandes fatores explicativos e aquele da análise das estratégias dos governantes.

Vários fatores podem causar um momento crítico e levar ao fim uma política pública. Bauer *et al*., (2013) distinguem:

i) *fatores externos* : por exemplo uma crise financeira internacional, a onda neoliberal;

ii) *oportunidades e constrangimentos institucionais*: natureza do sistema eleitoral, configuração dos partidos políticos, decisão do tribunal constitucional)

iii) *fatores situacionais*: resultado o ciclo de eleições, decisão de uma autoridade supragovernamental, etc..

Ao lado dos fatores, Bauer *et al.,* (2013) propõem quatro "ideais-tipo" de estratégia de desmantelamento, que se articulam em torno de duas dimensões:

i) em que medida a decisão de desmantelamento é ou não tomada de forma deliberada e consciente, consubstanciada numa decisão formal

ii) em que medida os governantes pretendem esconder ou publicitar as atividades de desmantelamento.

- *O desmantelamento por defeito:* é marcado pela ausência da tomada de decisão formal (para não alertar opinião pública) e pela baixa visibilidade na redução do nível dos serviços existentes. Ele é adotado quando os custos da decisão podem ser altamente negativos para os governantes.

- *O desmantelamento por mudança de área* consiste em mudar a arena de uma política para agências mais fracas (o outro setor com prioridade mais baixa dessa política) evitando assim os custos do processo. Existe uma tomada de decisão formal, mas com baixa visibilidade e pelo tanto baixo custo político.

- *O desmantelamento simbólico* é utilizado quando as decisões de desmantelamento trazem, potencialmente, benefícios para os governantes, mas com constrangimentos institucionais que dificultam uma decisão formal. Importa que a intenção de desmontar seja clara e diretamente atribuída aos formuladores de políticas. As declarações políticas não levam necessariamente a feitos e resultados, mas permanecem simbólicas. Podem ser o resultado de restrições institucionais, da heterogeneidade das preferências das partes interessadas, mas também de mecanismos de manipulação da opinião púbica pelos tomadores de decisão.

- *O desmantelamento ativo*: ele acontece quando os governantes estão convictos de que as ações de desmantelamento são a decisão mais apropriada e vantajosa para eles e os interesses que defendem, quer por razões políticas e eleitorais, quer por razões ideológicas. Apresenta obviamente constrangimentos institucionais, mas os benefícios da decisão são superiores aos custos decorrentes. O processo tem grande visibilidade com forte preferência por excluir publicamente uma política dada ou um conjunto de instrumentos. Pode ser recompensador para os formuladores de políticas devido a fortes demandas ou a posições ideológicas marcadas ou até extremas.

1.2. Ensinamentos de primeiras aplicações do policy dismantling no Mercosul

O quadro do *policy dismantling* foi aplicado inicialmente de maneira comparativa aos casos de Argentina, Brasil, Nicarágua e Paraguai para políticas de agricultura familiar e agroecologia (Sabourin, 2018) e aprofundado apenas nos casos argentino e brasileiro que eram mais documentados em particular em quanto a evolução dos orçamentos públicos (Sabourin, Craviotti e Milhorance, 2020a). Logo foi aplicado à diversas politicas rurais e ambientais no caso do Brasil (Sabourin *et al*., 2020b).

A primeira observação geral tem a ver com o caso específico das políticas agrícolas no Mercosul. Nos cinco países estudados, dado o peso político do setor do agronegócio assim como a politização discursiva e ideológica ligada à agricultura, existem sempre fortes tensões em torno das políticas rurais, que provavelmente passariam mais despercebidas nos países de América do Norte ou ainda na Europa onde o peso da agricultura na economia e população é menor proporcionalmente.

Também existe, e no Brasil em particular, uma forte carga ideológica em torno de políticas ambientais e socioambientais que considerávamos como constitucionalmente institucionalizadas (certas delas tendo ou resistido ou sido implementadas durante os períodos de ditadura militar), o que mostra um sistema político marcado por fragilidades institucionais.

Em segundo lugar, a diversidade do conjunto de instrumentos (*policy mix*) para as políticas de agricultura familiar e desenvolvimento rural, implica que as várias categorias de estratégia de desmantelamento foram utilizadas e, muitas vezes, de maneira simultânea e não apenas sucessiva. Isso pode ser ligado à amplitude do processo de mudança, a sua diversidade de acordo com os diferentes setores, mas também a uma série de cálculos dos novos poderes, conforme a análise de Bauer *et al.* (2013).

Em terceiro lugar, em caso de mudança de orientação do governo, depende também da naturaleza ou modalidade do processo. Após eleições regulares na Argentina (2015) e no Uruguai (2019), as estratégias de desmonte foram mais discretas. Pelo contrário, quando a mudança de governo é brutal como foi no Paraguai (2012) e no Brasil (2016) por meio de um golpe institucional, obviamente o cálculo dos riscos e custos políticos já tinha sido integrado pelo novo poder de maneira global (Sabourin *et al*., 2020a).

Nessa situação, não precisa tanto de estratégias discretas ou escondidas para acabar com certas políticas. O mesmo processo foi observado quando a mudança no poder foi acompanhada de uma forte carga ideológica populista como foi o caso nas eleições de 2018 no Brasil e em seguida a vitória de Jair Bolsonaro (Albernaz, 2019). Neste caso, o desmonte de políticas anteriores, principalmente aquelas associadas as os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), já era objeto de promessas da campanha eleitoral do candidato Bolsonaro (Fisher & Vaz, 2020).

De fato, no caso do Brasil, isso reduz as percepções sobre os custos e benefícios políticos do desmonte: elas variam entre setores dependendo das ideias das coalizões dominantes.

Mas é inegável que o desmonte tal vez o mais crítico e impactante a longo prazo foi aquele das políticas sociais sob o governo Temer em 2016-17 com o fim da proporção constitucional do orçamento para saúde/educação (Peres & Santos, 2020). Mesmo se os efeitos desse desmantelamento radical serão bem mais sensíveis para um amplo setor da população somente nos próximos anos (Fleury Teixeira & Pinho, 2018).

No caso do governo Bolsonaro, paradoxalmente, o desmantelamento simbólico teve duas faces: certas políticas foram cortadas mesmo sendo já marginais pelo seu valor ideológico (a política nacional de agroecologia e produção orgânica, ou o apoio as comunidades indígenas e povos tradicionais); para outras políticas, também associadas ao governo anterior do Partido dos Trabalhadores o desmantelamento foi anunciado com muita publicidade ao nível discursivo, mas por diversas razões (técnicas, constitucionais ou administrativas) não foi totalmente realizado ou completado.

Nos casos de Argentina e Uruguai, tivemos mudanças após processos eleitorais, e também se observou uma redução da atenção ou/e dos recursos dedicados a certas políticas identificadas com o governo anterior, mas muito mais de maneira simbólica ou por mudança de arena que de maneira ativa (Sabourin *et.al.,* 2020a).

1.3. O caso particular do Brasil

O quadro do *policy dismantling* mesmo se precisaria ser complementado (enfoque histórico, institucionalista, analise de coalizões) revelou se útil nos casos da Argentina e do Uruguai e do Brasil para o período dos governos Dilma Roussef e Michel Temer. Mas, de fato, aparece pouco adaptado para dar conta das causas, dos fatores e das estratégias atrás do desmonte de políticas rurais e ambientais desde o início do governo Bolsonaro.

Para compreender o processo de desmantelamento de políticas no Brasil recente, é necessário por um lado, sair da análise de cada instrumento por setor ou subsetor para considerar o conjunto do panorama econômico e social. Por outro lado, é também útil examinar as trajetórias de evolução das políticas desde os governos anteriores.

Existe uma conjunção politicamente e historicamente construída de fatores estruturais externos e internos. Em primeiro lugar, trata-se do poder direto, indireto ou nos bastidores de grupos econômicos e financeiros nacionais e internacionais. Eles têm a capacidade de influenciar ou até de impor mudanças de orientação de acordo com os seus interesses a curto e médio prazo. Pode se citar o exemplo da atuação geopolítica de interesses empresários norte-americanos para enfraquecer a empresa nacional Petrobras e grandes empresas de obras públicas brasileiras atrás da operação "*Lava-jato"*. (Wanderley, 2019; Rodas, 2020).

Os mesmos interesses econômicos e financeiros nacionais como estrangeiros, principalmente o agronegócio extrativista, as empresas florestais, madeireiras e de mineração foram determinantes para o desmonte de várias políticas públicas (Leite *et al.*, 2018; Leite, 2019; Sauer *et al.,* 2020 a & b). Podemos citar a desregulação das concessões de reforma agraria, das reservas ambientais e indígenas com vista a expulsão das comunidades e povos tradicionais e assim a consequente privatização e exploração dessas terras. Cabe mencionar também a regularização de posse de terras públicas ocupadas ilegalmente (grilagem) por interesses do agronegócio, empresas florestais ou de mineração (Sauer 2018; Sauer *et al*., 2019; Sabourin *et.al*., 2020b).

O projeto político dos setores que se uniram atrás da candidatura do Presidente Bolsonaro é ao mesmo tempo "anti-pobres" e de ataque a democracia (Fleury Teixeira & Pinho, 2018; Rosario, 2020).

O empresariado econômico-financeiro e seus aliados têm medo do poder de voto ou/e de organização das classes populares que tem tido acesso à educação ou formação. Em termos de desmonte de políticas públicas isso se traduz pela extinção dos espaços de consulta e de participação política como os conselhos setoriais, temáticos ou territoriais (Leite, 2020; Sabourin *et al*., 2020b)

A parte da classe média brasileira que votou para Bolsonaro não suporta que os pobres tenham tido acesso a certos serviços (educação superior, saúde, transporte) e à níveis de consumo (laser, passagem aéreas, etc.) a eles reservados anteriormente, como Pedro Demo (2002) já o vinha destacando anteriormente. Do mesmo medo, esses segmentos não admitem as políticas sociais compensatórias de ampliação de direitos cidadãos e muito menos as transferências de renda, das quais eles não podem beneficiar. Por tanto até o acesso logístico das classes populares ao voto foi obstaculizado por vários meios nas recentes eleições brasileiras.

O ataque aos espaços de participação popular nas políticas públicas tem se prologado pela criminalização dos movimentos sociais do campo e da floresta (Braun, 2020) e o projeto anti-pobre (Rosario, 2020, Fleury Teixeira & Tempourão, 2021) pelo desmonte dos serviços públicos de base (saúde e educação pública) e pela gestão mortífera da pandemia da Covid. (Duarte & Cesar, 2020; Oliveira, 2021).

1.4. Limites do quadro do "policy dismantling"

Assim, se confirmamos o interesse da aplicação da noção de cálculo dos custos e benefícios políticos aos mecanismos de desmonte de políticas públicas nos países do Mercosul, podemos observar também várias limitações da proposta.

Primeiramente, já notamos a relatividade da sua aplicabilidade nos casos marcados por tomada de poder brutal ou com forte carga ideológica. Isso é lógico, pois o quadro de Bauer *et al.* (2013) foi pensado e elaborado no marco da liberalização das políticas sociais e do desmonte ou da privatização dos serviços públicos sociais na Europa (Sabourin, 2020). Primeiro, o cuidado estratégico de esconder ou mascarar o desmonte era necessário, politicamente e eleitoralmente, porque se tratava de serviços e funções tocando uma maioria da população. Em segundo lugar, esse jogo era possível e aplicável, porque uma parte significativa desse público meta das políticas sociais é geralmente a mais vulnerável, a mais pobre ou humilde, e tal vez, o segmento mais desinformado ou que pode ser manipulado mais facilmente.

Segundo, por ter sido formulado no marco da União Europeia, o quadro de Bauer *et al*. deixa pouco espaço aos fatores estruturais e em particular aos fatores externos. Mesmo se eles são considerados nas causas de desmonte, podemos imaginar que eles têm, hoje menos peso no marco da institucionalização supranacional da Europa comum. Pelo contrário, estes fatores (econômicos, financeiros, geopolíticos, etc. e até climáticos no caso da agricultura) tem mais ênfase nas mudanças de políticas públicas nos países do Mercosul (Sabourin, 2020).

Do mesmo modo, em função do quadro supranacional europeu, Bauer *et al.* (2013) não se interessam peas políticas públicas de nível infranacional. Sabemos que no caso da Argentina como do Brasil o apoio a agricultura familiar e a agroecologia passa também principalmente pelas províncias e pelos estados federados (Sabourin *et al.*, 2019 a & b, Guéneau *et al.,* 2019 ; Sabourin *et al.,* 2020b).

Terceiro, no quadro do *policy dismantling*, a análise mais refinada dos jogos de atores está principalmente centrada nas percepções e justificativas dos governantes quanto a tomada de decisão sobre a estratégia e modalidade de desmantelamento. Essa perspectiva reduz ao mesmo tempo o papel dos grupos de interesse econômico-financeiros como aquele da sociedade civil organizada e das coletividades territoriais. Por exemplo, podemos mencionar as dinâmicas de coalizões de causa para formular, demandar ou promover certas políticas ou, nesse caso, para contestar ou combater o seu desmantelamento.

Nessa perspectiva de ampliar o exame das diversas configurações de várias categorias de fatores e de atores, a segunda secção examina diversas contribuições da ciência política que podem contribuir para a análise dos processos de desmonte de políticas ou até para completar o quadro do *policy dismantling*.

2.Outros enfoques para analisar o desmonte de políticas públicas

O desmonte das políticas constitui um sub-tema de um tema maior, aquele das mudanças nas políticas públicas. Segundo Mény e Thoenig (1989, p.140), "toda política pública recobre uma teoria de mudança social". Para Muller (2005) "uma política pública é sempre definida em relação à uma mudança (...) frear uma evolução ou promover a transformação de um ambiente " (Muller, 2005, p.156).

O enfoque institucionalista das políticas públicas tem mobilizado as noções de *ruptura* e *momentos críticos* para explicar o peso de decisões anteriores ou da "*dependência ao caminho*" (Mahoney, 2001). Pierson (1994) analisou as mudanças nas trajetórias das políticas a longo prazo para caracterizar a regressão do estado de bem-estar e das políticas

sociais. Outras abordagens se fundam também na análise da sucessão ou das trajetórias das políticas ao longo do tempo.

2.1. O enfoque da resiliência das politicas

Cashore e Howlett (2007) partem da observação dos fatos que marcam o desenvolvimento de uma política pública a longo prazo, por meio de períodos de estabilidade e mudança radical. E preciso, portanto, pensar nos links e nós entre um período de estabilidade e um período de mudança rápida, e não apenas estudar uma ou outra dessas duas fases. Esses autores mostram que a mudança ou o equilíbrio são frequentemente tratados como variáveis dependentes distintas, que também podem ser explicadas mobilizando diferentes teorias.

Por outro lado, Howlett (2019) discute meios para melhorar a resiliência e robustez das políticas ao longo do tempo ou, em outras palavras, mecanismos de prevenção do desmonte de políticas.

A resiliência é a capacidade de se adaptar às principais perturbações internas / externas, enquanto a robustez se refere à capacidade de manter o mesmo desempenho em face de uma variedade de contextos. De acordo com Howlett (2006), alcançar ambos requer a duplicação de alguns recursos e a adição de ferramentas de política processual (para monitorar e revisar políticas) para lidar com eventos imprevistos e "corrigir" políticas ao longo do tempo. Mesmo assim, embora seja plausível que mais restrições institucionais e ferramentas de "bloqueio" em geral possam reduzir as chances de desmonte direto (e vice-versa), isso não significa que, em tais contextos, o desmantelamento de políticas não seja viável (Jordan *et al.,* 2013). A resiliência de uma determinada política é, portanto, uma questão importante para analisar o contexto das mudanças de governo.

Esses fatores são caracterizados pelo fato de que estão além da influência direta dos atores políticos e podem mudar o equilíbrio de poder dentro do campo da política, apoiando ou minando assim o seu desmonte (Gürtler *et al.,* 2019). O segundo enfoque se refere principalmente à economia política, incluindo as características estruturais do setor, a configuração dos atores, os seus interesses e o seu poder político. De acordo com Gürtler *et al.* (2019), esses fatores também incluem os padrões específicos de desenho de políticas que moldam a distribuição de custos e benefícios para aqueles que são afetados por uma política.

2.2. A virada neoliberal e as consequencias para as políticas públicas

Vários autores têm associado a regressão das políticas públicas a onda de neoliberalismo econômico que se estendeu a administração pública (Benh, 1978; Berry *et al*., 2010), em particular com a privatização dos serviços públicos (Miranda & Lerner, 1995; Schulten *et al.,* 2008), a austeridade econômica financeira e fiscal (Blyth, 2013), e finalmente as diversas faces dos pequenos ou grandes desmantelamentos do Estado (Pelletier & Bonelli, 2010).

Alguns autores mostraram como esse processo foi progressivo, discreto e insidioso, mas bem real, no desmonte do “estado de bem-estar”. Segundo Dreyfus (2010), a reestruturação neoliberal dos dispositivos de governo geralmente visa "fazer melhor com menos": aumentar o desempenho de funcionários públicos ao mesmo tempo que reduz o pessoal. Junto com o design do papel neoliberal do Estado que fundamenta essa reforma, a implementação dos preceitos da *nova gestão pública* estaria agora totalmente assumida.

Para Luc Rouban (1994) nesse contexto neoliberal, o serviço público se tornou um local de comércio, os usuários se transformaram em clientes. As demandas de lucratividade resultam em práticas degradantes na distribuição do serviço público. O triunfo do

pensamento organizacional fez com que os mecanismos de controle democrático se esvaziem. Até na França, por trás da aparente flexibilidade das instituições da Quinta República, surgiu uma nova etapa nas incessantes transformações da dominação política que se tornou anônima, reduzindo até o uso da lei ou das regras previstas no dispositivo de regulação das políticas públicas (Dreyfus, 2010).

2.3. A abordagem cognitiva

Para Peter Hall (1993) a mudança nas políticas públicas supõe três tipos de mudanças: i) das metas políticas e das estruturas padrão que orientam a ação pública; ii) dos instrumentos que possibilitam concretizar o movimento de ação pública; iii) dos quadros institucionais que estruturam a ação pública na área em questão.

Pierre Muller (2005, p 158) propõe a análise cognitiva de políticas públicas para resolver o dilema entre o papel das "estruturas e dos atores".

Segundo esse autor, as estruturas são "sistemas duradouros de interação entre diferentes subsistemas sociais, não dependentes diretamente da ação de agentes identificáveis, fundadas em instituições e estruturas estabilizadas para interpretar o mundo". Os atores são "agentes identificáveis (individuais ou coletivos) que participam diretamente da ação pública" (Muller, 2005, p 158).

Para Muller, todos os processos de mudança de políticas públicas devem combinar um enfoque estrutural que permite destacar restrições e constrangimentos e um enfoque pelos atores que destaque a margem de autonomia dos agentes na elaboração de políticas. Precisa de uma articulação entre os efeitos das estruturas e aqueles das margens de jogo dos atores das políticas.

A ambição desta teoria da mudança é, portanto, tentar explicar ao mesmo tempo porque surgem problemas e porque certas soluções vão se impor através do processo de elaboração de políticas. A observação das transformações no relacionamento setorial global A observação das transformações na relação global/setorial permite, em certa medida e com um certo nível de generalidade, prever a mudanças política, porque os atores interessados por uma política específica não têm a possibilidade de atuar sobre o nível global, que lhes aparece como uma estrutura, mesmo que esta estrutura seja o produto de a ação de outros agentes (Muller, 2005, p 169, tradução nossa)

Assim, convém separar "as restrições estruturais" dos "referenciais"[1]. Para Muller (2005), o "referencial" é a expressão dos quadros cognitivos e normativos que constituem o cerne da ação pública.

A análise cognitiva propõe construir uma teoria da mudança que tenta revelar os mecanismos concretos pelos quais se combinam os efeitos estruturais que restringem os atores e a liberdade que eles mantêm nas suas relações com outros atores no marco da formulação e implementação das políticas. Nesta perspectiva, o conceito de "referencial" constitui uma ferramenta intermediária para pensar tanto a autonomia dos atores (..) como as restrições que enquadram sua ação (através da "sensação de inevitabilidade" da mudança desse quadro cognitivo e normativo, que aparece, aos poucos, como um dado irredutível e inevitável). (Muller, 2005, p 186; tradução nossa)

[1] Para Muller, o referencial de uma política se define pela representação do lugar e do papel de um determinado domínio, problema ou setor na sociedade.

O enfoque cognitivo oferece, portanto, uma concepção global de mudança de ação pública que se baseia em três pressupostos:

- a mudança nas políticas públicas é fruto de uma tensão entre uma dimensão estrutural, que expressa o peso de lógicas de longo prazo como se refletem nas instituições, e uma dimensão de ação que expressa a margem de jogo disponível para os atores de políticas públicas de acordo com a sua capacidade de mobilizar recursos e implementar estratégias específicas;

- o conceito de "referencial" permite dar conta dessa tensão uma vez que expressa ambas as restrições das estruturas (por meio de um conjunto de quadros cognitivos e normativos que pesam sobre as ações dos atores e limitam sua margem de ação) e o trabalho de produção cognitiva e normativa desses mesmos atores, que lhes permite atuar sobre essas estruturas;

- é possível identificar os agentes que, segundo diferentes modalidades, vão se encarregar dessa tensão entre o global e o setor, registrando em seu campo ou setor de ação, práticas que promovem sentido ou significado através da definição de um novo "referencial" (Muller, 2005, p 187).

Um elemento central para os analistas e observatórios de políticas públicas é poder acompanhar e documentar as consequências do desmantelamento, mas também, as reações as formas de resistência e/ou de evasão.

2.4. Reações, alternativas e resistências

Quais são as alternativas locais? Quais as novas formas de organização, de redes, de espaços alternativos?

São algumas das perguntas que animavam as equipes de pesquisadores de várias redes e instituições[2] que baixo a iniciativa da Rede PP-AL tem empreendido em 2017 e 2018 o estudo da construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Face ao fim dos recursos federais atribuídos a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) o estudo examinava o papel dos movimentos sociais e dos governos estaduais ou municipais na formulação de doze casos de políticas subnacionais (Sabourin *et al.,* 2019 a & b, Guéneau *et al.*, 2019; Sabourin *et al.,* 2020b)

A abordagem teórico-metodológica mobilizou a sociologia da ação pública (Lascoumes & Le Gales, 2012) procurando registrar as características dos cinco elementos da ação pública (atores, ideias, instituições, processos e resultados) e as interações entre eles.

Os principais resultados mostram uma dinâmica de construção mais ou menos demorada ou laboriosa dessas políticas estaduais através de três processos:

- a atuação de grupos de interesse basicamente setoriais da produção e processamento, com poucas articulações com outros setores (saúde, educação, consumo)

- a capacidade dos movimentos sociais da agroecologia e produção orgânica de constituir coalizões de causa mais ou menos decisivas reunindo organizações da sociedade civil, associações de produtores e segmentos do poder público executivo e legislativo estadual ou

[2] O estudo reuniu pesquisadores da Rede PP-AL, da RETE Brasil, da Rede Brasileira de Estudos Rurais, do OPPA, do projeto ANR *IDAE (institucionalização das agroecologias,* dos Núcleos de Agroecologia - NEAs da UFPA e da UnB e da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA

municipal e, em alguns casos, atores privados da produção, certificação e da distribuição de orgânicos.

- trajetórias de institucionalização como de desinstitucionalização. Por exemplo, em Estados pioneiros como Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que já disponham de uma política de agroecologia antes da criação da PEAPO em 2012, observou se processos de regressão, desinstitucionalização e desmonte dessas políticas após a eleições de 2018.

Face ao desmonte da PNAPO ou das políticas estaduais, observamos quatro tipos de reações não exclusivas e pelo contrário, complementares e certas vezes associadas,

- processos claros de subsidiariedade das políticas estaduais (Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Sergipe) e municipais (São Paulo e Belo Horizonte)

- resistência dos movimentos sociais e mobilização dos conselhos municipais e colegiados territoriais pela sociedade civil e pelos executivos estaduais (Bahia, Ceara, Pernambuco, Sergipe)

- evasão ou alternativa por meio do acesso a financiamentos internacionais em particular do FIDA, Banco Mundial, FAO e IICA. Nesse sentido cabe mencionar o papel de resistência ao desmonte federal e de procura de alternativas do Consorcio dos Governadores do Nordeste (http://www.consorcionordeste-ne.com.br) por meio da procura desses fundos internacionais (Junqueira, 2021).

Obviamente, um estudo pontual apenas representa uma fotografia da situação num momento dado e o que importa é poder reconstituir o filme, para ter ideia da a película, da evolução desses processos de desmonte como das reações e resistências ao longo do tempo.

Para isso, independe mente dos enfoques teóricos, cabe mencionar a importância de ferramentas metodológicas adaptadas, e se for possível leves e rápidas ou de administração razoavelmente accessível.

Conclusão

Para resumir esse recorrido teórico metodológico, tanto a literatura especializada como as nossas tentativas de aplicação do quadro de Bauer *et al*. 2013 (o *policy dismantling*) às políticas rurais e ambientas dos países do Mercosul convergem na necessidade de uma configuração analítica tripartite, articulada e complementar

A apreensão dos processos de desmonte de políticas públicas ganha a integrar três dimensões:

i) os fatores estruturais (externos, domésticos ou situacionais),

ii) os elementos cognitivos relativos as estruturas e aos atores : recursos, saberes, representações e percepções

iii) os jogos de atores, as suas interações, na sua diversidade e heterogeneidade de configurações, sem se limitar apenas aos cálculos dos governantes perante a opinião pública.

Precisamos dispor de teorias e de métodos: a comunicação apresentou alguns enfoques já clássicos: institucionalíssimo histórico, mudança política, análise cognitiva e outras abordagens mais recentes o *policy dismantling*, a resiliência das políticas, etc.

Neste sentido, podemos notar a importância dos “conjuntos de instrumentos” ou *policy mix*, pois é sempre mais difícil desmantelar um conjunto de instrumentos complementares que uma medida isolada.

Precisamos também de métodos e ferramentas aproveitando novas tecnologias e/ou adaptados a nossa realidade e as limitações ligadas a crise sanitária e as limitações de acesso ao campo ou a todos os atores das políticas. Podemos citar o *text mining*, a pesquisa e avaliação digital, o exame dos orçamentos ou ainda a análise da percepção dos beneficiários e dos atores por meio de questionário /survey online, etc.

Fontaine e Hassenteufel (2002) chamam até para um "resfriamento teórico" e o retorno ao campo como um meio de especificar os procedimentos analíticos que permitem compreender as mudanças nas políticas públicas. Trata-se de destacar o caráter profundamente híbrido da ação pública que hoje mescla elementos antigos e novos, mas também, de construir ferramentas analíticas operacionais a fim de compreender as políticas públicas como processos de interação cada vez mais complexos entre vários atores em vários níveis. Compreender a multidimensionalidade dessas interações hoje parece ser um dos maiores desafios no estudo de políticas publicas

Referencias

ALBERNAZ, Vinicius. Análise das Características do Discurso Populista de Jair Bolsonaro nas Eleições Brasileiras de 2018, *Revista Portuguesa de Ciência Política*, v.12, p.131-146, 2019. DOI: 10.33167/218 4 -2078.R PCP2019.12/pp.131-146

ARAÚJO, Luísa. "Michael W. Bauer e outros, Dismantling Public Policy. Preferences, Strategies and Effects", *Sociologia, Problemas e Práticas*, v.84, p.141-144, 2017.

BAUER, Michael. W.; JORDAN, Andrew; GREEN-PEDERSEN, Christoffer; HERITIER, Adrienne. Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies and Effects, Oxford: Oxford University Press, 2013.

BEHN, Robert D. How to terminate a public policy. *Policy Analysis,* v.4, p. 393–414, 1978.

BERRY, Christopher; BURDEN, Barry; HOWELL, William. After enactment. *American Journal of Political Science,* v.54, n.1, p.1–17, 2010. Doi:10.1111/j.1540-5907.2009.00414.x.

BLYTH, Mark. Austerity, the History of a Dangerous Idea, Oxford: University Press, 2013.

BRAUN, Júlio Cesar. A criminalização dos movimentos sociais do campo e o papel da mídia na manutenção dos interesses capitais *Brazilian Journal of Development* .v. 6, n. 7, p. 47425 - 47443, jul. 2020. DOI:10.34117/bjdv6n 7-396

BRENNETOT, Arnaud. Géohistoire du « néolibéralisme, Cybergeo : European Journal of Geography document 655, [Online 28/11/2013], Acesso em 20/11/2020: http://journals.openedition.org/cybergeo/26071

CASHORE, Benjamin; HOWLETT, Michael. Punctuating which Equilibrium ? Understanding Thermostatic Policy Dynamics in Pacific Northwest Forestry, *American Journal of Political Science*, v. 51, n.3, p. 532-551, 2007.

CHEVALLIER, Jacques. Politiques publiques et changement social, *Revue française d'administration publique*, v.115, n.3, p. 383-390, 2005.DOI: 10.3917/rfap.115.0383

DEMO, Pedro. Solidariedade como Efeito de Poder. São Paulo : Cortez, 2002.

DREYFUS, Françoise. La révision générale des politiques publiques, une conception néolibérale du rôle de l'Etat ?, *Revue française d'administration publique*, n° 136, v.4, p. 857-864, 2010. DOI : 10.3917/rfap.136.0857.

DUARTE André de M.; CÉSAR Maria Rita de A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia *Educação & Realidade*, v.45, n.4, p.109-146, 2020. http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109146

FISCHER, Sandra; VAZ Aline. Populismo no Brasil de contrapositores: manipulação do autêntico e profanação do contrário, *Agenda Política*. v.8, n.1, p.131-156, 2020.

FLEURY TEIXEIRA, Sonia Maria; TEMPORÃO José Gomes Acabar com os pobres, não com a pobreza ; in Folha de São Paulo 30/04/2021 https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/04/acabar-com-os-pobres-nao-com-a-pobreza.shtml

FLEURY TEIXEIRA, Sonia Maria; PINHO Carlos Eduardo S. Authoritarian Governments and the Corrosion of the Social Protection Network in Brazil, Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário, *Rev. katálysis* n. 21, v.01, Jan-Apr 2018. https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p14

FONTAINE, Joseph ; HASSENTEUFEL, Patrick. Quelle sociologie du changement dans l'action publique ? Retour au terrain et 'refroidissement' théorique. In FONTAINE, J.; HASSENTEUFEL, P. *To change or not to change : les changements de l'action publique à l'épreuve du terrain,* Rennes : PUR, pp.9-29, 2002.

GAUDIN, Jean Pierre. La question du changement politique. *Revue Européenne des Sciences Sociales.* v.36, n.110, p .135–150, 1998.

GENIEYS, William ; HASSENTEUFEL, Patrick. Comprendre le changement dans les politiques publiques. L'approche programmatique. 2012. Acesso 18/11/2020 in https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01401805

GUENEAU, Stéphane ; SABOURIN, Eric ; NIEDERLE, Paulo A.; SCHMITT, Claudia J. Tensions internes et ruptures politiques : où en est le processus d'institutionnalisation de l'agroécologie au Brésil ?, *Économie rurale,* v.372, p.103-117, 2020. Acesso 02/09/2020. http://journals.openedition.org/economierurale/7768

GRISA, Catia. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: Novos mediadores para velhos referenciais. In *Revista Raizes,* v.38, n.1, p.36-50, 2018. https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.37

GÜRTLER, Konrad; POSTPISCHIL, Rafael; QUITZOW, Rainer. The dismantling of renewable energy policies: The cases of Spain and the Czech Republic. *Energy Policy*, v.133, 110881, 2019. https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.110881

HALL Peter. Policy Paradigm, Social Learning and the State *Comparative politics*, v.25, n.3. p. 275-296, 1993.

HOWLETT, Michael. Procedural Policy Tools and the Temporal Dimensions of Policy Design. Resilience, Robustness and the Sequencing of Policy Mixes. *International Review of Public Policy*, v.11, n.1, p. 27–45, 2019.

HOWLETT, Michael. "Conclusion: the de/reregulatory cycle". In RAMESH, Mishra & HOWLETT, Michael (eds) Deregulation and its Discontents. Cheltenham: Edward Elgar, p. 228–36, 2006.

HOWLETT, Michael; CASHORE, Benjamin. The dependent variable problem in the study of policy change. *Journal of Comparative Policy Analysis*, v.11, n.1, p.33–46, 2009. https://doi:10.1080/13876980802648144

JOHN, Peter. Theories of policy change and variation reconsidered : a prospectus for the political economy of public policy. *Policy Sciences*, v.51, p.1–16, 2018. https://doi.org/10.1007/s11077-017-9297-x

JORDAN, Andrew; BAUER, Michael. W.; GREEN-PEDERSEN, Christoffer. Policy Dismantling, in: *Journal of European Public Policy*, v.20, n.5, p. 795-805., 2013. http://mwbauer.eu/wp-content/uploads/2018/05/Policy-Dismantling.pdf

JUNQUEIRA, Cairo. O Consórcio Nordeste e a internacionalização dos governos estaduais em meio à pandemia de COVID-19" *Observatorio Idef - Internationalizaçao decentralizada em Foco* 31/03//2021, Acesso 20/04/2021 https://idefufpb.com/2021/03/31/artigo-de-opiniao-o-consorcio-nordeste-e-a-internacionalizacao-dos-governos-estaduais-em-meio-a-pandemia-de-covid-19/

LAPIERRE, Jean William Pour une théorie dynamique des changements politiques, *Revue française de science politique,* v.11, n.1, p.118-137,1961. https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1961_num_11_1_392610

LEITE, Acácio Z. ; CASTRO, Luís F. Perdigão de ; SAUER, Sérgio. A Questão Agrária no momento político brasileiro: Liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. *Okara - Geografia em Debate*, v. 12, p. 247-274, 2018.

LEITE, Sergio P. Politiques publiques et agribusiness: une analyse de la politique de financement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Economie, Société*, v. 17, p. 433-458, 2015.

LEITE, Sergio P. The Role of Policy Makers in the Formulation and Implementation of Public Policy for Brazilian Agriculture. *Latin American Perspectives,* v. 43, p. 60-76, 2016.

LEITE, Sergio P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, v. 4, p. 1-22, 2019.

LEITE, Sergio P. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? *Estudos Sociedade e Agricultura,* v. 28, p. 227-254, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

MAHONEY, James. Path-Dependent Explanations of Regime Change: Central America in Comparative Perspective, *Studies in Comparative International Development*, v.36, n.1, p. 111-141, 2001.

MARX, Karl. Les luttes de classes en France (1848-1850). "Les classiques des sciences sociales". Chicoutimi, Québec : UCAQ. 1850. Acesso 20/04/2021: http://www.uqac.uquebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.htm

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista, Porto Alegre: L&PM ed., [1848] 2001.

MATTEI, Lauro. Les conséquences socio-économiques du coup d´état parlementaire au Brésil. *Bresil(S*), v.1, p. 1-13, 2018.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *Okara: geografia em debate*, v.12, p. 293-307, 2018.

MÉNY, Yves; THOENIG, Jean Claude. Politiques publiques, Paris: PUF, 1989.

MULLER Pierre. Esquisse d'une théorie du changement dans l'action publique. Structures, acteurs et cadres cognitifs, *Revue française de science politique*, v .55, n.1, p.155-187, 2005. DOI : 10.3917/rfsp.551.0155

MIRANDA, Rowan; LERNER, Allan. Bureaucracy, Organizational Redundancy, and the Privatization of Public, Services. *Public Administration Review,* v.55, n.22, p.193-200. 1995. doi:10.2307/977185

NIEDERLE, Paulo; GRISA, Catia; PICOLOTTO, Everton; SOLDERA, Denis. Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Restricted countermovements. *Latin American Research Review*, v. 54, p. 707-720, 2019.

OLIVEIRA, Nelson. Desigualdade e abusos na pandemia impulsionam cobranças por Direitos Humanos, Brasil: Portal do Senado Federal, *Agência Senado*, 28/8/2020 https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/08/desigualdade-e-abusos-na-pandemia-impulsionam-cobrancas-por-direitos-humanos

PALIER, Bruno ; SUREL Yves et al. L'explication du changement dans l'analyse des politiques publiques: identification, causes et mécanismes. Paris : Harmattan, 2010.

PELLETIER, Willy ; BONELLI, Laurent. L'État démantelé. Enquête sur une révolution silencieuse. Paris : La Découverte, 2010

PERES, Úrsula; PEREIRA DOS SANTOS, Fábio. Gasto público e desigualdade social: O orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016, Rev. Bras. Ci. Soc. v.35, n. 103, 2020 https://doi.org/10.1590/3510307/20201994

PIERSON, Paul. Dismantling the Welfare State, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RODAS Sergio. "Lava jato" usou norma anticorrupção dos EUA para punir empresas brasileiras. In Consultor Jurídico, 21/07/2020 https://www.conjur.com.br/2020-jul-21/lava-jato-usou-norma-eua-punir-empresas-brasileiras

ROSANVALLON, Pierre. La contre-démocratie. La politique à l'âge de la défiance, Paris: Le Seuil, 2014.

ROSARIO Luana P. D. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra neoliberal In Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (OSIRIS) 04/06/2020. Acesso em 20/04/2021 em https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/sites/osiris/files/OSIRIS_Luana%20Paixao%20Dantas%20do%20Rosario.pdf

ROUBAN Luc. Le Pouvoir anonyme : Les Mutations de l'État à la française, Paris : Presses de Sciences Po, 1994

SABOURIN, Eric. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina in Seminário Nacional "Políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente: mudanças, continuidades e rupturas", Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 10 e 11 de dezembro de 2018

SABOURIN, Eric. Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul in Seminário Internacional "Estado, políticas públicas em mundos rurais: perspectivas e desafios", Rio de Janeiro: UFRRJ – CPDA, 16 de dezembro de 2020.

SABOURIN, Eric; CRAVIOTTI, Clara; MILHORANCE, Carolina. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina, *International Review of Public Policy, v.*2, n.1., p. 45-67, 2020a https://doi.org/10.4000/irpp.799

SABOURIN, Eric; TADEU DA SILVA Luís Raimundo; AVILA, Mario L. Construção da política de agroecologia e produção orgânica no Distrito Federal, *Revista Brasileira de Agroecologia* v. 14, n. 2. Esp., p. 35-50 2019 DOI: https://doi.org/10.33240/rba.v14i2.2295

SABOURIN, Eric; GUÉNEAU, Stéphane; COLONNA, Julianna; TADEU DA SILVA, Luís Raimundo (Org.) Construção de políticas Estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba: CRV Editora e Red PP-AL, 2019 https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/34384-construcao-de-politicas-estaduais-de-agroecologia-e-producao-organica-no-brasil-bravancos-obstaculos-e-efeitos-das-dinamicas-subnacionais

SABOURIN, Eric; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo; PEREIRA LEITE, Sergio ; MILHORANCE, Carolina; DAMASCENO FERREIRA Ângela; SAUER, Sergio, ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cahiers Agric*ultures, v.29 31., p.2-8, 2020b. https://doi.org/10.1051/cagri/2020029

SAUER, Sergio. Medida Provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem. Boletim DATALUTA, v. 124, p. 2-9, 2018.

SAUER, Sérgio; TUBINO, Nilson L.; LEITE, Acácio Z. ; CARRERO, G. C. . Governo Bolsonaro amplia a grilagem de terras com mais uma medida provisória. Boletim DATALUTA, v. 144, p. 2-11, 2019.

SAUER, Sergio; ZUNIGA LEITE, Acácio.; TUBINO, Nilton Luís. Agenda política da terra no governo Bolsonaro *Revista da Anpege* v. 16, n. 29, p. 283-316, 2020a. Questão Agrária e governo Bolsonaro https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/403

SAUER, Sérgio; CASTRO, Luís F. Perdigão de. Dinámica política y mecanismos jurídicos del acaparamiento de tierras en Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales - ReLaER*, v. 5, p. 1-51, 2020b.

SAURUGGER Sabine. Les groupes d'intérêts entre démocratie associative et mécanismes de contrôle, *Raisons politiques,* v.2, n.10, p.151-169, 2003. https://www.cairn-int.info/revue-raisons-politiques-2003-2-page-151.htm

SCHMITT Claudia J. Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul nas políticas agrárias, de agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional: o caso do Brasil. In seminário 15 anos do OPPA “Estado, políticas públicas e mundos rurais”, Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA,16 de dezembro de 2020.

SCHULTEN, Thorsten; BRANDT,Torsten; HERMANN, Christoph. Liberalisation and privatisation of public services and strategic options for European trade unions, *Transfer* 2/08 14 (2), p. 295-311, 2008.

WANDERLEY Messias da **Costa.** A Petrobrás e a indústria de petróleo no Brasil: geopolítica e estratégia nacional de desenvolvimento**,** *Confins*, v.39, 2019. Acesso 24/05/2021. http://journals.openedition.org/confins/17645 ; DOI : https://doi.org/10.4000/confins.17645

ZIMMERMANN, Silvia. Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul nas políticas agrárias, de agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional: o caso do Paraguai. In seminário 15 anos do OPPA “Estado, políticas públicas e mundos rurais”, Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA,16 de dezembro de 2020.